

## A MIGRAÇÃO CAMPO-CIDADE NA COMUNIDADE RURAL RIBEIRÃO TAMBIOCÓ-GO

**José Vieira Neto<sup>1</sup>**

*jovinetto@hotmail.com*

**Leginalva Aparecida Borges Ferreira<sup>2</sup>**

*leginalvaferreira@hotmail.com.br*

**RESUMO:** O presente trabalho tem como objetivo o estudo do movimento migratório campo-cidade na comunidade Ribeirão Tambiocó no município de Catalão (GO). Procuramos estudar as correntes migratórias no Brasil, bem como as mudanças ocasionadas na região Centro-Oeste e, em especial, no estado de Goiás. Além disso, pretendemos compreender os principais fatores socioeconômicos e ou os motivos que contribuíram para a saída de tantas famílias daquela comunidade a procurarem novas realidades de vida, e qual a situação dessas famílias na cidade. O estudo se faz importante uma vez que esse movimento da população rumo à cidade mostrou-se frequente nos últimos anos e acreditamos ser de importância para a ciência geográfica.

**Palavras-chave:** Migração. Ribeirão Tambiocó. Êxodo rural.

## THE RURAL-URBAN MIGRATION IN THE RIBEIRÃO TAMBIOCÓ-GO RURAL COMMUNITY

**ABSTRACT:** The goal of this work is to study the rural-urban migration movement in the Ribeirão Tambiocó community in the municipal district of Catalão (GO). We intend to study the migration flows in Brazil, as well as the caused changes in the Midwestern Region and, especially, in the Goiás state. Also, we purpose to understand the main socioeconomic factors and/or the motives that contributed to the departure of many families of that community to look for new circumstances of life, and what the situation of these families in the city. The study is important because this population movement towards the city was a common event in recent years and we believe is of importance to geographical science.

**Key-words:** Migration. Ribeirão Tambiocó. Rural exodus.

### Introdução

Os homens ao longo da sua história movimentavam-se de um lugar para outro à procura de alimentos, de novos abrigos ou de melhores condições de vida e

<sup>1</sup> Professor Doutor no Departamento de Geografia da Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão.

<sup>2</sup> Bacharel e Licenciada em Geografia na Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão.

mesmo andando por longas distâncias em busca de alimentos, procuravam sempre voltar para a sua morada. Entretanto, os tempos foram mudando e os homens em sociedade foram sendo obrigados a buscar novas formas de vida em cada região ou país. Chegamos ao século XXI e os homens continuam em busca de novos lugares quer para o trabalho ou para a moradia, sendo que cada movimento ou mudança carrega suas especificidades.

A forma de viver dos homens é em sociedade e por ser dinâmica e ter a constante capacidade de transformação no espaço que habita, conseguiu se expandir e ocupar os mais variados espaços. O destino desses migrantes nos últimos tempos têm sido as cidades, o que podemos afirmar como sendo um dos mais importantes espaços habitados que o homem escolheu para viver. De acordo com Milton Santos (1996):

A questão do espaço habitado pode ser abordada segundo um ponto de vista biológico, pelo reconhecimento da adaptabilidade do homem, como indivíduo, às mais diversas altitudes e latitudes, aos climas mais diversos, às condições naturais mais extremas. Uma outra abordagem é a que vê o ser humano não mais como indivíduo isolado, mas como um ser social por excelência. Podemos assim acompanhar a maneira como a raça humana se expande e se distribui, acarretando sucessivas mudanças democráticas e sociais em cada continente (mas também em cada país, em cada região e em cada lugar). O fenômeno humano é dinâmico e uma das formas de revelação desse dinamismo está, exatamente, na transformação qualitativa e quantitativa do espaço habitado. (SANTOS, 1996, p. 37)

Dentre as correntes migratórias de maior vulto, podemos destacar os estrangeiros que forçados ou não, mudaram para o Brasil, antes e principalmente após a Abolição da Escravatura, para trabalharem nas lavouras de café ou outras atividades urbanas. E a partir daí, destacamos as migrações internas que foram acontecendo para diversas partes do território brasileiro como é o caso dos nordestinos, dos sulistas, e principalmente o êxodo rural, a mudança do homem da zona rural para cidade que é a nossa proposta de estudo.

O Brasil de uma forma geral e a região Centro-Oeste, com destaque para o estado de Goiás, ao longo das últimas décadas passou por mudanças econômicas, e a população em muitos casos, se viu obrigada ou atraída a migrar. Apontamos que dentre os principais motivos desses movimentos está a busca por

melhores condições de vida para si ou para a sua família e até mesmo uma realização profissional, uma formação almejada ou apenas uma melhor oportunidade de trabalho.

É com base nessa linha de raciocínio, que o presente trabalho objetiva-se analisar os principais fatores que contribuíram para a ocorrência do movimento migratório, sobretudo campo-cidade no município de Catalão (GO), tendo como referência a comunidade rural de Ribeirão Tambiocó e a condição atual em que vivem essas pessoas.

Para realizar esse trabalho recorreremos a um questionário aplicado aos moradores, bem como nos valem da literatura como artigos e livros sobre o assunto.

A comunidade rural Ribeirão Tambiocó localiza-se na parte norte do município de Catalão (GO), distando aproximadamente 13 km da sede municipal. O acesso dá-se principalmente pela rodovia GO-330, no sentido Catalão - Goiânia, e como ponto de referência tem-se o trevo de acesso à cidade de Goiandira (GO). Limita-se com as comunidades rurais de Ribeirão, Coqueiros, Custódia, Campo Limpo do Veríssimo, Pé do Morro e Matinha.

Acreditamos que tornou importante o estudo dessa comunidade, pois o êxodo rural ocorrido no Brasil como um todo e como exemplo o local de estudo a comunidade Ribeirão Tambiocó fez com que as famílias procurassem novas realidades de vida, ou seja, abandonaram o lugar onde viveram por tanto tempo, construindo sua cultura, sua personalidade e sua individualidade em busca de novos projetos de vida. Mas quais os principais problemas enfrentados hoje, por essas pessoas?

Procuramos mostrar que o movimento migratório verificado nas últimas décadas, motivado pelo processo de modernização das estruturas produtivas no Brasil, provocaram um processo de urbanização acelerado. Esse movimento migratório como exemplo, o êxodo rural, realizado de forma intensificada principalmente a partir da década de 1960, fizeram com que a problemática urbana se tornasse cada vez mais importante geopoliticamente e preocupante como lugar

de moradia. Isso ocorre devido ao fato de as cidades não estarem preparadas estruturalmente e nem possuírem a infraestrutura necessária para abrigar tal contingente de novos cidadãos.

Faz-se necessário, portanto, compreender as razões que expulsaram essas pessoas do campo e as submeteram a uma nova organização social, como é o caso de Ribeirão Tambiocó em Catalão-GO. É nesse sentido, que se justifica esse trabalho, levando ainda em consideração, as ligações estreitas dos autores desse trabalho com tal realidade e o fato de se perceber a necessidade de um estudo mais específico sobre o assunto, uma vez que esse fluxo migratório se mostra bastante freqüente na realidade atual.

### **A contextualização histórica do Brasil**

Os homens ao longo de sua história mudaram muitas vezes, foram de um lugar para o outro em busca de alimentos ou se protegendo dos fenômenos da natureza. A mudança marcante foi que os homens evoluíram nas suas formas de vida, mudaram-se os modos de produção da sociedade. Esses mesmos homens, mulheres ou em famílias, na sua maioria, abandonaram os seus campos de morada, mudaram suas formas de produzir, se esparramaram pelo mundo e vivem em maioria nas cidades. De acordo com os escritos de Santos (1996):

A evolução global da população mundial só pode ser completamente entendida se considerarmos ao menos três dados essenciais. Primeiro, a distribuição da população entre as diversas áreas do Globo e dentro de cada país evolui de maneira desigual. Depois, como isso não é apenas o resultado do excesso de nascimentos sobre os de mortes, temos de levar em conta as migrações internas e internacionais, cada vez mais freqüentes. Mas, também, as porções de território ocupadas pelo homem vão desigualmente mudando de natureza e composição, exigindo uma nova definição. As noções de espaço habitado como de terra habitada vão brutalmente alterando-se depois da Revolução Industrial e especialmente após os anos de 1950 desse século. (SANTOS, 1996, p. 39)

Passaram-se os anos e alcançamos novos tempos, aprendemos novas formas de produção e no Brasil, a atividade agrícola intensificou segundo Mendes

(2002) a partir da expansão do sistema socioeconômico capitalista, e, sobretudo com o expansionismo comercial europeu no início do século XVI. A ocupação e organização socioeconômica e espacial do território brasileiro que propiciou o desenvolvimento da atividade agrícola foram criadas, pelos seus colonizadores. Esse processo teve início, vale ressaltar ainda, como justificativa à colonização portuguesa, visto que Portugal se viu obrigado a garantir a posse da Colônia, assim, além da exploração do pau-brasil, na região de São Vicente, Martim Afonso – comandante da primeira expedição de Portugal à colônia brasileira – iniciou o plantio de cana de açúcar, tendo como base a grande propriedade rural, a mão de obra escrava e a produção em larga escala de um gênero tropical específico.

No final do século XVII foram encontrados os primeiros sinais de jazidas auríferas nas terras brasileiras, pelos bandeirantes. A partir de então, a mineração ocupou o centro das atenções da economia colonial. Nesse período, as demais atividades entram em decadência, provocando o esvaziamento populacional nas regiões onde essas atividades eram praticadas, sobretudo, no que se refere à cana de açúcar. Durante o ciclo do ouro houve grandes deslocamentos de pessoas das regiões produtoras de cana de açúcar para as regiões exploradoras da mineração, constituindo um movimento migratório bastante considerável.

De acordo com os escritos de Cotrim (1998) foi entre os anos de 1847 e 1857 que chegaram ao Brasil, a primeira leva de imigrantes para trabalharem nas lavouras de café. A nacionalidade desses imigrantes era principalmente alemã, suíça e belga. Nessa primeira experiência houve grandes descontentamentos dos imigrantes que, contratados pelo regime de parceria, se viam enganados pelos fazendeiros, pois trabalhavam de sol a sol como escravos. Essa situação prejudicou a vinda de novos imigrantes para as lavouras de café do Brasil. Somente a partir de 1871, o governo paulista empreendeu novos esforços para atrair imigrantes para as fazendas de café. Passou a financiar, por exemplo, parte das despesas da viagem. Mas a imigração só começou a crescer nos últimos quinze anos do século XIX.

Ainda sobre a migração, sabemos que muitos lugares tiveram seu desenvolvimento relacionado com alguma atividade econômica, se num primeiro

momento foi pólo de atração de pessoas, em pouco tempo, passaram por decadência econômica como é o caso do ouro em Minas Gerais que motivou a população a mudar para outros lugares.

O início da ocupação das terras e do povoamento de Goiás ocorreu, efetivamente nas primeiras décadas do século XVIII, com a introdução da exploração do ouro como atividade principal. Os colonos estabeleceram marcos de posse, realizando construções de moradias, roças de mantimentos e outras estruturas necessárias a sua fixação.

Enquanto isso, o café foi ocupando cada vez mais o cenário econômico do País, chegando, inclusive a atender dois terços do mercado internacional. O trabalho nas lavouras de café foi o principal responsável pela grande soma de imigrantes que vieram para o Brasil. De acordo com Cotrim (1998), cerca de 3,8 milhões de estrangeiros entraram entre 1887 e 1930. O período de 1887 e 1914 concentrou o maior número, com a cifra aproximada de 2,74 milhões, cerca de 72% do total. Assim, a servidão negra passa a ser efetivamente substituída pelo trabalho assalariado, que de acordo com Martins (1981) se baseava na separação do trabalhador da sua força de trabalho e nela se fundava a sua sujeição ao capital personificado no proprietário da terra.

Concomitante ao esplendor do café despontava no Brasil o desenvolvimento da indústria. O principal centro da expansão industrial brasileira era o estado de São Paulo. Com as freqüentes crises de superprodução, muitos desses produtores passaram a investir parte de seus capitais na indústria. Havia também em São Paulo um grande número de imigrantes (italianos, espanhóis) que viviam do trabalho assalariado na agricultura. Muitos desses trabalhadores se desiludiram com o trabalho no campo e buscaram nas cidades uma nova oportunidade da vida. Grande parte desses imigrantes serviu de mão de obra para as indústrias e tornaram-se moradores urbanos definitivamente.

Com o desenvolvimento do setor industrial localizado principalmente em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, as cidades dessa região atraíram um grande número de trabalhadores rurais, que imigravam principalmente do Nordeste,

fugindo da miséria, da exploração e das secas. Toda essa massa de trabalhadores pobres veio engrossar a mão de obra das indústrias do Sudeste.

Os governantes foram mudando, em 1956 Juscelino Kubitschek assumiu o poder democraticamente e dentre as principais realizações de seu governo destaca-se construção de usinas hidrelétricas, instalação de diversas indústrias, entre elas, a automobilística; abertura de rodovias, como a Belém-Brasília; ampliação da produção de petróleo e a fundação da cidade de Brasília. Tudo isso contribuiu para tornar os lugares mais pertos, mais acessíveis e atrativos para novas aventuras na vida de maneira geral e principalmente quando a questão estava relacionada às melhores condições de trabalho. E as cidades como lugares de atração dos trabalhadores urbanos e rurais receberam milhões de trabalhadores do campo que sonhando com uma vida mais digna e justa, buscavam um emprego melhor na indústria, porém, a maioria se decepcionava, tinham trocado a miséria no campo pela exploração na cidade.

Chegamos aos anos de 1964 e a liberdade democrática dos brasileiros foi retirada e o Brasil viveu os tristes momentos da ditadura militar. Segundo Cotrim (1998), a ditadura militar adotou o modelo de desenvolvimento dependente, que subordinava a economia brasileira ao capital, à tecnologia e aos interesses estrangeiros. Um desenvolvimento sem conquistas sociais. Já na fase final da ditadura, o país estava mergulhado numa das maiores crises sociais e econômicas de sua história. As pressões populares pela democratização aumentavam e a abertura democrática era inevitável. O fim do regime militar foi marcado por um dos maiores movimentos popular do Brasil que exigiu e conquistou a volta do regime democrático com a eleição de seus governantes e representantes no congresso nacional e assembleias legislativas.

Passamos pela ditadura militar e mesmo com todos os problemas políticos e econômicos, o Brasil continuou seu desenvolvimento nos anos seguintes. Se para os trabalhadores urbanos ou rurais a situação era ruim, para muitos empresários, banqueiros ou grandes fazendeiros a situação era de empréstimos e financiamentos a juros baixos e a perder de vista.



Nesse caso, a região Centro-Oeste que passava por mudanças com a implantação de uma agropecuária moderna tornou-se um importante lugar de atração de novos investimentos e novos habitantes provocando assim, uma mudança tanto na vida dos moradores locais como de outros lugares em busca de melhora de vida.

O desenvolvimento da região Centro-Oeste tem por característica ser diferente, das outras regiões do Brasil, começou a se desenvolver com a “Marcha para o Oeste”, alcançou os anos de 1970, entretanto, levou ainda muitos anos para chegar ao momento atual. É necessário esclarecer que seu desenvolvimento foi feito com muito dinheiro público, através de empréstimos, de concessões de impostos e com a construção de uma infraestrutura básica, somente assim, é que a região se tornou um lugar atraente tanto para os investidores como para receber novos moradores.

A região Centro-Oeste, no início dos anos de 1940, era formada apenas pelos estados de Mato Grosso e o estado de Goiás. Era um lugar desprovido de investimentos e com o tempo, se integrou ao território brasileiro. Segundo Santos (1993) essa lógica é dada pela divisão territorial do trabalho e em escala nacional, que privilegia diferentemente cada fração do território a um dado momento de sua evolução.

O Estado leiam governo brasileiro como “parceiro” fez investimentos através de grandes projetos agrícolas e a região tomou rumos no seu processo de ocupação e produção para atender os grandes centros do país. Segundo Galindo e Santos, (1995):

Foi a partir da década dos 1940 que o estado passou a intervir decisivamente no processo de ocupação da região. Essa participação não ocorreu evidentemente por acaso. A industrialização por substituição das importações passou a requerer da agricultura dupla atribuição: “produzir excedentes de alimentos a custos razoáveis” e fornecer recursos para financiar o desenvolvimento urbano-industrial do centro dinâmico da economia nacional (Mueller, 1992 b). E como sabemos, a agricultura brasileira apresentou um desempenho aceitável, apoiado, essencialmente, na expansão das fronteiras agrícolas. (GALINDO e SANTOS, 1995, p. 158)



A partir da década de 1950, foram ocorrendo mudanças na estrutura produtiva regional. A agropecuária intensificou o seu lado comercial exigindo técnicas mais modernas. Mas a mineração continuava sendo uma atividade importante no setor primário e na abertura de frentes de povoamento. As cidades desta região eram grandes, demonstrando que eram pequenas manchas de população esparramadas pelo interior da região.

A região Centro-Oeste continuou atraindo novos habitantes foram migrantes vindos da região Sudeste e Nordeste para as fronteiras agrícolas do sul e leste e centro-norte de Mato Grosso e para a metade norte de Goiás. Tudo isso foi de mais alta importância, mas o marco desta região foi o início da construção de Brasília. O que segundo Geiger (1980):

Durante muito tempo, a mudança da Capital ficou apenas em desejo, pois não existiam condições materiais para a sua efetivação. A mudança só se concretizou quando o Brasil ingressou no caminho da industrialização e sua estrutura econômico-social se torna mais complexa, quando a região sul já está povoada, grande extensão de suas matas desbravada, e as frentes pioneiras passam a deslocar-se sobre a massa florestal de Goiás e Mato Grosso; e, principalmente, quando a indústria de construção se torna muito importante e a especulação imobiliária atinge pontos altos. Ainda nos diz Geiger que: “a construção de Brasília deu novas direções às correntes de migrações interiores, desviando dos troncos gerais do tráfego de nordestinos para o Sudeste do Brasil e para as zonas agrícolas do Centro-Oeste, ramos em direção ao Planalto Central, pelos quais flui mão-de-obra para os trabalhos de edificação da nova Capital.” (GEIGER, 1980, p. 425).

Outras mudanças foram acontecendo na região Centro-Oeste. Brasília com seu moderno plano rodoviário passou a ser o centro das atenções do país, como capital federal recebeu novos habitantes, influenciou no surgimento de novos lugares urbanos, bem como deu vida nova para a comunicação entre as cidades e outras regiões. Ao mesmo tempo em que a integração regional resolvia os problemas econômicos, as rodovias iam facilitando a movimentação da população para diversas partes da região.

A agricultura moderna era um dos importantes investimentos regional e nessa atividade não existe lugar para o pequeno produtor. A mão de obra é pouco utilizada e as máquinas substituem os trabalhadores na produção, aqueles que não

se enquadram nessa lógica capitalista, estão condenados a buscar nova forma de vida e trabalho. Segundo Santos, (1993, p. 10) “... o campo brasileiro moderno repele os pobres, e os trabalhadores da agricultura capitalizada vivem cada vez mais nos espaços urbanos.” Neste caso, o êxodo rural foi e é, a “solução” para muitos camponeses.

Sobre a modernização da agricultura brasileira bem como as suas conseqüências, Martine (1995) nos diz que:

O modelo de modernização agrícola adotado veio a beneficiar, de forma complementar, a concentração da propriedade e do uso da terra. Por um lado, os subsídios incentivaram a mecanização e conseqüentemente, a redução da necessidade de mão-de-obra. Por outro lado, incentivou-se a especulação com a propriedade da terra, expulsando pequenos produtores. Desse modo, a concentração da propriedade rural expulsou da terra um grande número de pequenos agricultores, posseiros, proprietários, parceiros e arrendatários. E como essas categorias de produtores eram justamente as que utilizavam mais intensivamente mão-de-obra, uma parcela significativa da população agrícola acabou sendo “liberada” ao mesmo tempo. Além disso, a mecanização nos grandes estabelecimentos teve efeito líquido negativo sobre a necessidade de mão-de-obra. Estima-se que cerca de 28,4 milhões de pessoas deixaram as áreas rurais entre 1960-80, sendo 12,8 milhões da década dos 1960 e 15,6 milhões na dos 1970. (MARTINE, 1995, p. 64)

A região Centro-Oeste, com a modernização da agricultura e com a falta de subsídios para os pequenos produtores e mais a falta de trabalho na região, deu início a um intenso êxodo rural quando um expressivo contingente de camponeses deslocou-se para as cidades em busca de serviços predominantemente urbanos. É necessário lembrar que nas últimas décadas do século XX e início deste, as indústrias também passaram a fazer parte da economia da região, foram construídas fábricas das mais diversas modalidades, ligando à agricultura, à mineração e empresas do ramo de montagem de automóveis e máquinas colheitadeiras de cana.

Com isso intensifica-se o crescimento urbano e o processo de urbanização, quando a região Centro-Oeste consolidou-se no ano de 1980, com a inversão do local de moradia da maioria da população com 5.114.597 cidadãos e em contrapartida eram 2.430.198 habitantes na zona rural. O índice de urbanização

atingiu uma taxa de 67,79% para esta região, ultrapassando a urbanização do Brasil que ficou em 67,59%, conforme os dados do IBGE.

O tempo passou, as cidades continuaram crescendo e as famílias se movimentando para diversos lugares. O êxodo rural não parou, a população continuou buscando na cidade, a solução para diversos problemas de sua vida. Muitas cidades já se destacavam como receptoras de população como é o caso de Catalão que veremos a seguir.

### **Uma introdução à história de Catalão**

Para melhor entendermos o desenvolvimento da cidade de Catalão precisamos entender que o início da ocupação das terras e do povoamento de Goiás se deu com a introdução da exploração do ouro como atividade principal, por volta das primeiras décadas do século XVII. No entanto, já em 1780 essa atividade encontrava-se em decadência e a população local, permanecendo nas terras goianas dedicou-se à agricultura de subsistência e à formação de grandes fazendas dedicadas à pecuária extensiva.

A decadência do ciclo da mineração desencadeou fluxos e refluxos de correntes migratórias e de capital em escravos. Para Mendes e Cleps Júnior (2006):

[...] O campo começa a ser povoado e as vilas despovoadas, sugerindo uma herança do sistema mercantil colonial, em que a decadência do sistema mercantil possibilitou o surgimento de uma nova economia agropecuária, assentada em uma produção diversificada de produtos agrícolas exportáveis, fortalecendo as atividades comerciais (MENDES E CLEPS JÚNIOR, 2006, p. 35).

O estado de Goiás era predominantemente agrário, pois além de ter sua economia sustentada pela atividade pecuária, tinha uma grande concentração da população na zona rural. A implantação de uma infra-estrutura de transporte, as mudanças político-institucionais após 1930 e a construção de Goiânia e Brasília deram sustentação para a expansão da fronteira agrícola no Estado. Também merece destaque no povoamento do solo goiano o chamado programa Marcha para

Oeste, criado para dentre outras finalidades, para promover o desenvolvimento de uma frente agrícola comercial interna, capaz de fornecer produtos alimentícios mais baratos para os centros urbanos emergentes.

De acordo com Mendes e Júnior (2006), essa política correspondeu ao período de 1943 a 1953, respondendo por uma ação regional mais complexa, como a criação de Goiânia e das colônias agrícolas de Goiás e de Mato Grosso. A partir da década de 1960 o modelo de desenvolvimento para ocupação e organização da economia goiana segue princípios de urbanização da sociedade brasileira.

A partir da década de 1970 o Estado passou a interferir diretamente nas formas de organização da agricultura e da política agrícola, promovendo a modernização desse setor. Foi também a partir desse período que o bioma Cerrado conheceu efetivamente a modernização agrícola. A região passou a ser um atrativo para a produção de soja, uma vez que ampliou a demanda pelo produto nos mercados internacionais.

Com a implantação do POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados) houve uma injeção de recursos para o aproveitamento intensivo de extensas faixas de terras, antes destinadas à criação extensiva. De acordo com Mendes e Cleps Júnior (2006):

Verifica-se que a ocupação histórica de Goiás se deu pela expansão de grandes fazendas para a criação extensiva de gado bovino, com baixo aproveitamento econômico das terras, que foram sendo esfaceladas pela cadeia vintenária. Recentemente, com a implantação de inovações na base técnica da agricultura, ocorreu novamente a concentração das terras, agora nas mãos de grupos empresariais que cultivam a terra para a produção de grãos, visando a exportação, em um processo crescente de exploração dos recursos naturais e humanos e, ainda, contribuindo para a expulsão do homem da terra e, assim, eliminando as condições de desenvolvimento socioeconômico e sociocultural da agricultura familiar (MENDES E CLEPS JÚNIOR, 2006, p. 49-50).

Dentro desse contexto histórico, também se explica a ocupação das terras do município de Catalão (GO). Conforme Mendes (2001) o surgimento de Catalão está associado à penetração das Bandeiras em Goiás, que procuravam metais e pedras preciosas e mão de obra indígena. As primeiras atividades

econômicas, que se tem notícia, praticadas no município de Catalão baseavam-se nas atividades agropastoris, com destaque para a pecuária extensiva e o cultivo do arroz, atividades praticadas geralmente, nas grandes propriedades.

O desenvolvimento econômico de Catalão está diretamente relacionado com a passagem da Estrada de Ferro pela cidade, em 1913. O transporte ferroviário possibilitou o escoamento da produção agrícola local para outros consumidores e atraiu além de migrantes para a região, investimentos no setor agropecuário e algumas indústrias de transformação.

Favorecido por esse meio de transporte ferroviário e pela construção de rodovias, as medidas políticas adotadas por Juscelino Kubitschek privilegiaram a importação de capitais. A política de interiorização e a construção de Brasília favoreceram a inserção do município de Catalão (GO) na economia nacional. A construção da rodovia BR-050 promoveu a ligação da sede do governo federal ao Centro-Sul do país.

De acordo com os escritos de Mendes (2001) após a década de 1970, instalaram-se em Catalão, indústrias de extração mineral, o que ocasionou espacialmente mudanças importantes. Essa incorporação capitalista promoveu alterações bastante significativas tanto no meio urbano como no meio rural. As empresas mineradoras Goiásfértil (hoje Ultrafértil - Vale) e a Copebrás (Grupo Anglo América) iniciaram a exploração de jazidas de fosfato e a empresa Mineração Catalão, ficou com a exploração do nióbio. Mais recentemente, instalaram-se no município duas empresas de destaque: a Cameco do Brasil (hoje John Deere) que fabrica máquinas colhedoras de cana de açúcar e a Mitsubishi Motors Corporation que monta veículos automotores.

De acordo com os escritos de Bueno (2000) foi a partir da década de 1970, que a evolução da população do município e principalmente da cidade de Catalão, caracterizava-se como crescente. Para o referido autor, encerrado o processo de fragmentação do território do município, iniciou-se a industrialização do campo.

Entretanto, Mendes (2001) considera que a modernização da agricultura entendida como mudança de sua base técnica e das relações de produção ocorrida no município de Catalão (GO), por volta da década de 1980, fomentou a inserção do município no circuito de acumulação capitalista. A adoção de novas técnicas de produção e da produtividade do trabalho proporcionou a liberação de mão de obra do meio rural.

A realidade que se observa no município de Catalão (GO) não é muito diferente da situação rural de outros municípios do estado de Goiás. Nota-se que a população do campo diminui gradativamente quando recorremos aos dados do IBGE. Os motivos desse esvaziamento no campo podem ter várias causas, apesar de a razão mais observada ser a que está associada à modernização da agricultura que expulsa o pequeno produtor e trabalhador rural pela falta de condições de se manter na terra ou pela falta de trabalho. Um exemplo dessas afirmações poderá ser vistas na comunidade de Ribeirão Tambiocó conforme veremos a seguir.

### **A migração na comunidade de Ribeirão Tambiocó**

A comunidade rural de Ribeirão Tambiocó localiza-se na parte norte do município de Catalão (GO), distando aproximadamente 13 km da sede municipal. A vegetação predominante na comunidade é do bioma Cerrado, apesar de já se encontrar bastante degradado, e o relevo é na maior parte da região, com declividade, o solo é fértil, com algumas manchas impróprias para a agricultura, prevalecendo grandes extensões destinadas a pastagens de bovinos e eqüinos.

A região de Ribeirão Tambiocó passou por várias transformações, o que era uma comunidade com muitas famílias vivendo da pequena produção, em poucos anos, vem se transformando em um lugar de casas fechadas, um lugar onde algumas pessoas mais velhas ficaram e os filhos tomaram o rumo da cidade e quando podem visitam os pais ou parentes mais idosos.

Compreendemos que trata o presente estudo de uma questão de êxodo rural e que se desenvolve sob a corrente dos estudos rurais, mais especificamente

no que diz respeito à Geografia Agrária e as transformações que o capital opera no campo. Conforme Graziano da Silva (1990) a questão agrária vem sendo discutida desde a década de 1920. Já no final dos anos 1950 e início dos anos 1960 a discussão sobre a questão agrária fazia parte da polêmica sobre os rumos que deveria seguir a industrialização brasileira. Argumentava-se então que a agricultura brasileira – devido a seu atraso – seria um empecilho ao desenvolvimento econômico, entendido como sinônimo de industrialização do país.

Essa polêmica vinha sendo sustentada pela crise da economia brasileira (1961-67). Com o fim do “Milagre Econômico” do país, a agricultura passa a ser encarada como meta prioritária do governo, tendo por base, ainda segundo Graziano da Silva (1990), a expansão da grande empresa capitalista na agropecuária brasileira, sobretudo nas décadas de 1960 e 1970, para isso, tinha-se a destruição de milhares de pequenas unidades de produção, onde o trabalhador rural obtinha parte de sua alimentação e produtos que vendia na cidade. Com a substituição de muitos pequenos por poucos grandes produtores tem-se uma produção mais intensiva sob o controle do capital.

Isso porque segundo Martins (1981) o capitalismo engendra relações de produção não-capitalistas como recursos para garantir sua própria expansão, como forma de garantir a produção não-capitalista do capital, naqueles lugares e naqueles setores da economia que se vinculam ao modo capitalista de produção através das relações comerciais. Nesse sentido, as relações de produção como o conjunto das relações que se estabelecem entre homens de uma sociedade determinada, no processo de produção das condições materiais de sua existência. Dessa forma, se faz necessário analisar as transformações do capital em si e das relações de trabalho e de produção estabelecidas por ele, sobretudo no campo. Essas relações capitalistas de produção são relações baseadas no processo de separação dos trabalhadores dos meios de produção.

De acordo com Mendes (2001), a economia brasileira é marcada por profundas disparidades regionais e crescentes desigualdades pessoais e sociais em termos de distribuição de rendas, e o processo de modernização do campo tem



contribuído para o aumento desses contrastes. A heterogeneidade das condições da pequena produção constitui-se como elemento fundamental da determinação de suas reais necessidades. Cada região, cada comunidade rural apresenta certas prioridades em suas reivindicações e a comunidade em estudo também apresenta suas particularidades.

Em se tratando de nosso local de pesquisa, a comunidade de Ribeirão Tambiocó, o que se pode assinalar é que o processo de racionalização produtiva no campo provocou a saída de membros das famílias (ou das famílias inteiras) de pequenos produtores rurais que buscavam meios de sobreviver. Nota-se que a expansão do modelo produtivista contribuiu significativamente para a redução da população rural dos municípios do Sudeste Goiano, concomitantemente assistia-se ao crescimento da população urbana.

Quando analisamos os dados do IBGE/Censos demográficos a partir de meados da década de 1970, houve um constante declínio da população rural do município de Catalão (GO), de 12.135 para 6.730 pessoas no ano 2000 passando para 5.577 em 2010, enquanto a população urbana se encontrava crescente de 15.674 habitantes para 57.560 no ano de 2000 e 81.020 pessoas no ano de 2010. Esses números nos leva afirmar que embora a cidade de Catalão recebesse pessoas de diversos lugares do Brasil, também recebeu muitos habitantes vindos da zona rural como exemplo Ribeirão Tambiocó.

Segundo relatos dos moradores mais velhos da região de Ribeirão Tambiocó, há tempos atrás a atividade que predominava na comunidade era a agricultura, sobretudo no cultivo de arroz, feijão e milho, porém nos últimos anos a atividade que mais se observa no local é a pecuária principalmente a destinada à produção leiteira. A comunidade conta com uma escola municipal que atende as crianças que cursam do pré-escolar ao 5º ano primário, as demais crianças e jovens são levadas de carro para Catalão através de transporte escolar municipal.

A tradição maior da comunidade gira em torno da festa religiosa em louvor a São Sebastião e Divino Espírito Santo, realizada, geralmente, nas primeiras semanas do mês de julho. Esse acontecimento reúne a maioria das pessoas da

comunidade durante pelo menos um mês, onde os afazeres são dedicados à organização da festa. Há também como tradição religiosa a novena realizada em louvor à Santa Maria Madalena, como prece para pedir por chuva. A novena acontece durante as últimas semanas de setembro e início de outubro, sendo que os oito primeiros dias da novena, a reunião é feita na casa de uma família da comunidade, sempre durante a noite. No último dia, por volta de 15h00min horas, reza-se o terço num cruzeiro localizado no Morro da Cruz.

Outra tradição é a folia de São Sebastião, manifestação originada na cidade de Goiandira (GO). Os foliões passam pela comunidade Ribeirão Tambiocó nos dias 17 e 18 de janeiro. Como parte da cultura dessa comunidade deve ser mencionada também os jogos de truco, que reúnem a comunidade para momentos de lazer, e as celebrações religiosas, como as missas e os terços rezados na capela da comunidade.

Quanto aos movimentos migratórios da região, pode-se dizer que eles acontecem desde meados de 1975 e estão causando um fenômeno de esvaziamento rural da região, inclusive com o abandono das propriedades ou repasse da mesma para um dos membros da família. As famílias saem do campo em direção às cidades onde estabelecem moradia.

Com esse processo gradativo de esvaziamento, a comunidade Ribeirão Tambiocó já começa a perceber as conseqüências, sobretudo na cultura e nas tradições. Os vínculos familiares e com os vizinhos começam a ser interrompidos. E uma região que não tem registros históricos corre o risco de passar a existir apenas na lembrança das pessoas que lá viveram e das poucas que lá ainda vivem, mas que acreditamos que seja por poucos anos.

Na região em estudo, percebe-se que a modernização da agricultura não pode ser dita como agente favorecedor da migração, uma vez que na comunidade constata-se apenas pequenas propriedades com utilização de mão-de-obra familiar. Outra realidade observada diz respeito àqueles proprietários que vivem na cidade e mantêm a propriedade sob os cuidados de outra pessoa numa relação de patrão/empregado.

Segundo dados de questionários aplicados no final do ano de 2009 aos antigos moradores da região – hoje residentes na cidade de Catalão – os motivos da mudança são variados. A maioria das pessoas, no entanto, considera que a migração foi necessária para complemento da educação dos filhos, outros afirmam que a ida para a cidade foi impulsionada pela procura de trabalho. Há ainda, aquelas pessoas que fizeram parte desse movimento procurando condições melhores de viver a vida, nesse grupo existem também indivíduos que afirmam que a mudança se deu por motivo de doença.

Em nossa pesquisa encontramos que 18 famílias mudaram para cidade, isso nos leva a apontar que somam mais de 60 pessoas. Das pessoas entrevistadas 75% estão satisfeitas com o novo ambiente de moradia e preferem a vida na cidade àquela que levavam no campo. No entanto, 50% dessas pessoas dizem sentir vontade de voltar a morar na zona rural. De acordo com as respostas ao questionário, metade desses antigos moradores do campo vendeu suas propriedades, 33% deixaram a terra sob os cuidados de um dos filhos e outros 17% afirmaram que não eram os donos da propriedade.

Perguntados sobre a atividade desenvolvida atualmente no lugar onde morava, a maioria das pessoas explicaram ser a pastagem a atividade predominante. São constatados também áreas de vegetação nativa tanto primária como secundária, e as fazendas habitadas também desenvolvem a agricultura de subsistência.

Existem ainda aquelas pessoas que participam, tanto da vida do campo como da cidade. Isso porque algumas pessoas morando na comunidade deslocam para a cidade a fim de estudar ou trabalhar, ou os dois. Nesse grupo de pessoas estão aqueles que passam a semana toda na cidade e vai para o campo apenas nos fins de semana e também àquelas que fazem o caminho campo/cidade todos os dias, permanecendo na cidade durante o dia e voltando para o campo à noite e nos fins de semana. Soma-se também a essa particularidade, aqueles que, morando na cidade empreendem trabalho no campo, novamente tem-se o percurso cidade/campo todos os dias.

Quanto àqueles que mudaram definitivamente para cidade, cerca de 10% já faleceram, 67% casaram, constituíram família, possuem trabalho fixo e levam uma vida digna, os outros 23% trabalham informalmente, mas levam a vida de forma satisfatória. Os que moravam de aluguel ou em casa de parentes, conseguiram adquirir casa própria. Diante desse contexto, pode-se dizer que a vida, para os que “arriscaram” a cidade como novo local de moradia, tem melhorado, no entanto, as lembranças e a saudade do campo ainda os acompanham.

Portanto, nota-se que a comunidade rural Ribeirão Tambiocó possui algumas particularidades no seu processo migratório, não sendo possível dizer com veemência um único motivo responsável pelo grande número de seus habitantes que hoje fazem parte da contagem dos moradores da sede municipal. A baixa estima do homem do campo é tamanha que muitas vezes ele não vê outra solução senão a sua ida para a cidade, provocando uma perda significativa de sua identidade original.

Para os que ainda insistem em permanecer no campo, a vida não é fácil, muitos se definham no trabalho pesado de sol a sol para garantir o mínimo para viver com dignidade. Famílias inteiras se dedicam ao trabalho duro da lida no campo tentando construir um futuro com menos dificuldade e proporcionando uma vivência mais digna para os seus. Entretanto, acreditamos que muitas dessas famílias ainda entrarão no caminho do rumo à cidade.

### **Considerações finais**

Ao longo desse trabalho podemos observar que o homem está sempre em busca de condições que lhe proporcionem uma vida digna e um futuro mais tranquilo. E muitas vezes, é preciso ir até o encontro de oportunidades que possam desencadear nessa possível vida digna, indo de um lugar para o outro para conseguir cumprir seus objetivos de vida. Nesse processo de procura incessante de melhores condições de subsistência, vimos que os movimentos migratórios têm peso significativo na vida das pessoas.

Tais movimentos fizeram e com certeza irão continuar fazendo parte da história da humanidade. Primeiro, o homem migrava-se de um lugar para o outro à procura de alimentos, assim tivemos as guerras, os problemas religiosos, as catástrofes com a natureza, depois já citando a história do Brasil, tem-se os escravos trazidos da África e depois, cidadãos de outras nacionalidades como portugueses, espanhóis, italianos, alemães e outros que vieram para o Brasil.

Ainda merecem destaque os movimentos migratórios ocorridos dentro das fronteiras brasileiras, em que trabalhadores vão de um lugar para o outro à procura de melhores condições de trabalho, sem contar nos movimentos de esvaziamento ora dos centros urbanos ora do campo.

Esse processo de procura por lugares que proporcionam maior bem-estar para as pessoas, além de serem impulsionados pelas necessidades físicas e sociais de cada indivíduo, possui como fator determinante as condições sociais e econômicas de cada lugar, bem como sua situação temporo-espacial no contexto que se está analisando. Essa preocupação se justifica pelas condições do modo de produção que acompanha todo esse movimento populacional, que pode ser observado mais acentuadamente sob o modo de produção capitalista.

Segundo Oliveira (1990) no processo de dominação colonial, o capitalismo não destruiu integralmente as comunidades nativas. Após a sua dominação pela força, utilizavam as formas de produção dessas comunidades para fazê-las produzir mercadorias, fazendo-as circular no seio da economia capitalista industrial. Assim desde a colonização o capitalismo traça os passos e os caminhos dos indivíduos no território.

Quanto aos movimentos migratórios, mais especificamente aos realizados entre campo e cidade, tem em sua grande maioria a modernização da agricultura como principal causa. Mas como cada região possui sua própria identidade e suas respectivas particularidades, a comunidade rural Ribeirão Tambiocol – uma das comunidades rurais do município de Catalão (GO), não vê na modernização do campo a principal justificativa da perda de moradores do campo para a cidade.

De acordo com estudos e observações realizadas na comunidade Ribeirão Tambiocó, as causas dessa movimentação populacional são diversificadas, sobressaindo à explicação dos pais que vão para a cidade para a complementação dos estudos dos filhos. No entanto, muitas dessas famílias manifestaram a vontade de voltar para o campo, apesar de considerarem a vida na cidade mais fácil, do ponto de vista do trabalho pesado.

Para muitos desses cidadãos, relativamente, a vida melhorou muito para os que foram para a cidade, pois conseguiram a dignidade que buscavam, mas carregam o peso das lembranças e a saudade do campo. A maioria dessas pessoas, hoje cidadãos catalanos, se juntaram aos outros e formaram famílias, têm filhos, casa e carro próprios e demonstram que estão satisfeitos com a vida urbana.

### Referências

Brasil, Ministério do Planejamento. **Censo populacional de 2000**. Rio de Janeiro: FIBGE, 2000.

BUENO, Edir de Paiva. **A Segregação sócio-espacial:** (re) produção de espaços em Catalão (GO). 2000. 210 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2000.

COTRIM, G. **História Global:** Brasil e Geral. 2º ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

GEIGER, Pedro Pinchas. **Evolução da rede urbana brasileira**. Brasília, CPBE/INEP. Ministério da Educação. 1963.

\_\_\_\_\_. Fluxos Interestaduais de Vazamento de Renda e Pobreza Urbana.

**Revista brasileira de geografia**, Rio de Janeiro: v.42, n.3, p.477-515, jul./set. 1980.

GALINDO, Osmil, SANTOS, Valdeci M. dos. Centro-Oeste: Evolução Recente da Economia Regional. In: AFFONSO, Rui de Brito Álvares, SILVA, Pedro Luiz Barros (org.). **Federalismo no Brasil: desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo: Fundap/Unesp. 1995.

MARTINE, George. A Evolução Espacial da População Brasileira. In: AFFONSO, Rui de B. Álvares, SILVA, Pedro L. B. (org.) **Federalismo no Brasil: desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo: Fundap/ Unesp. 1995, p.61-91.

MARTINS, Jose de S. **O Cativo da terra**. 2º. ed. São Paulo: Editora LECA; Livraria Editora Ciências Humanas, 1981, 157 p.

MENDES, E. de P. Pontes. **A produção familiar em Catalão (GO): a comunidade Coqueiro**, 2001. 202 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.

MENDES, Estevane de P. Pontes; CLEPS JÚNIOR, João. As transformações sócio-espaciais de Goiás: a incorporação de Goiás ao processo produtivo nacional (do século XVIII AO XX). **Espaço em Revista** – Geografia/UFG, Catalão (GO). Volume 7/8 (1): p. 33-51. jan/dez 2005/2006.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986. V. 68: Série Princípios.

SILVA, Graziano, José. **O Que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1990, (Primeiros Passos).

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SPÓSITO, M. E. B. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 1989.